

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

INTENÇÃO DE RECURSO:

Pedimos a aceitação da nossa intenção recursal em obediência a ampla defesa e contraditório. Apresentaremos nossas razões segundo os princípios constitucionais em detalhe, visando a correção da nossa inabilitação.

Fechar

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL Nº 12726/2019

TLG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. – EPP, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ nº 01.531.270/0001-91, com sede na Rua Professora Antônia Reginato Vianna, 485, Capão da Imbuia, Curitiba-PR, CEP 82.810-300, neste ato representada por sua titular GIULIANA MARIA TARESZKIEWICZ, brasileira, divorciada, empresária, residente e domiciliada na Rua Clavio Molinari, 252, Capão da Imbuia, Curitiba-PR, CEP 82.810-210, comparece a presença de Vossa Senhoria, com fulcro na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002 em seu artigo 40 incisos X, XV e XVIII e no item 12.5 do Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe para interpor, tempestivamente

RECURSO ADMINISTRATIVO

contra decisão que declarou inabilitada a empresa ora recorrente, conforme faz pelas razões a seguir expressas, pugnando ao final pelo seu recebimento e julgamento de integral procedência.

01. DO BREVE RELATO FÁTICO

A presente licitação supramencionada foi instaurada pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, na modalidade Pregão Eletrônico, para aquisição de Material de Processamento de Dados, Áudio, Vídeos, Pilhas e Lâmpadas para Equipamentos de Microfilmagem, conforme descrito no tópico 1.1. do Termo de Referência e nos demais anexos que integram o Edital.

A ora Recorrente enviou a documentação exigida na abertura do Pregão e participou da disputa para vender ao TRE do Estado da Bahia, os itens de nº 28 e 40, abaixo colacionados:

Em disputa, para ambos os itens, que possuem especificações iguais, a empresa Recorrente obteve sucesso no Pregão com a oferta de preço individual de R\$ 7,20 (sete reais e vinte centavos).

Ato contínuo, na fase de habilitação em 02.03.2020 a Recorrente foi surpreendida por sua desclassificação por supostamente estar em Desatendimento à condição 11.1.6.a - Não foi encaminhada a Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, e tampouco foi possível gerar o documento online, conforme consta no print screen abaixo do portal COMPRASNET.

Em que pese possuir em seus arquivos a Certidão Negativa de Falência, Concordata e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, a Recorrente não enviou junto aos demais arquivos a citada certidão, notando o erro formal quando foi proferida a decisão acima.

No mesmo dia a Recorrente informou por meio do Chat que houve erro formal, uma vez que a empresa possui a citada certidão expedida em 12.02.2020, conforme segue em anexo e no print screen abaixo, bem como entrou em contato por telefone e, posteriormente por meio do sistema COMPRASNET demonstrou intenção de interposição do Recurso, que ora apresenta.

Mesmo tendo apresentado intenção de Recurso Administrativo contra decisão de inabilitação, em franca boa-fé a Recorrente em 12.03.2020 enviou e-mail ao Setor de Licitações do TRE-BA indicando a existência de erro formal e anexou para tanto a certidão acima colacionada, comprovando cabalmente que está apta e habilitada para fornecer os itens dos quais obteve êxito na licitação.

Outro ponto que merece ser repisado, é que a empresa TLG, ora Recorrente obteve sucesso no Pregão com a oferta no valor de R\$ 7,20 (sete reais e cinquenta centavos) para o item 28 e item 40, enquanto a terceira colocada AGEM TECNOLOGIA INDUSTRIA DE APARELHOS DE TELECOMUNICAÇÕES, que estaria habilitada pelo TER-BA ofertou o valor de R\$ 8,35 (oito reais e trinta e cinco centavos).

A diferença entre o valor apresentado pela ora Recorrente, que se apresenta neste momento apta e o valor ofertado pelo terceiro lugar é de R\$ 19.550,00 (dezenove mil, quinhentos e cinquenta reais).

Conforme restará sobejamente comprovado ao longo do presente Recurso Administrativo, é que a empresa TLG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. – EPP está apta a fornecer os equipamentos descritos nos itens 28 e 40 do pregão eletrônico de nº 06/2020, motivo pelo qual a procedência integral do presente Recurso para reformar a decisão de inabilitação proferida no dia 11.03.2020.

02. DO DIREITO

De acordo com o retrospecto fático apresentado, verifica-se que a decisão que inabilitou a hora Recorrente não lhe permitiu apresentar documentação que julgou faltante: Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial.

A citada decisão indica que houve Desatendimento à condição 11.1.6.a - Não foi encaminhada a Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, e tampouco foi possível gerar o documento online."

Transcreve-se o texto do item 11.1.6:

11.1.6. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Falência, Concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante

De fato, Ilustríssimo julgador, os procedimentos licitatórios devem atender o formalismo procedimental, uma vez que existem normas legais e editais para tanto.

No entanto, as contratações públicas também são regidas pelos princípios constitucionais da Proporcionalidade, Razoabilidade, Moralidade, Informalismo, bem como busca atender o melhor interesse do Estado nas contratações.

Especificamente com relação a informalidade, que permitiu a adesão a meios eletrônicos para licitar, o jurista José dos Santos Carvalho Filho ensina que o referido princípio da Informalidade "(...) não significa que o procedimento seja absolutamente informal; não é, e nem poderia sê-lo, por se tratar de atividade administrativa. Mas o legislador procurou introduzir alguns métodos e técnicas compatíveis com os modernos meios de comunicação, sobretudo através da informática".

Frise-se que formalismo procedimental não se confunde com excesso de formalismo, que por sua vez é medida descabida ao Pregão.

Nesta toada, José dos Santos Carvalho Filho também manifesta que o "princípio do formalismo procedimental passa a noção de que as regras do procedimento adotadas para a licitação devem seguir os parâmetros estabelecidos na lei, não sendo lícito aos administradores subvertê-los a seu juízo".

Contudo, deve-se atentar que para que no cumprimento desse princípio não se peque pelo "formalismo", consistente no apego exacerbado à formalidade, a implicar à absoluta frustração da finalidade principal do certame, que é a de selecionar a proposta mais vantajosa para o ente licitante de forma a prestigiar a isonomia entre os interessados.

Conforme informado no chat do sistema COMPRASNET na data de julgamento de habilitação, a empresa Recorrente se prontificou a enviar a Certidão de Falência e Concordata solicitada, visto que foi mero "esquecimento" anexar junto à documentação de habilitação.

Repise-se que todas as demais certidões e documentos solicitados foram anexados ao sistema. Ainda, no intuito de demonstrar a boa-fé da empresa, conforme já citado foi enviado via e-mail para o endereço selic@tre-ba.jus.br a multicitada certidão solicitada, emitida pelo foro da Comarca de Curitiba-PR em 12 de fevereiro de 2020, isto é, em plena validade e distante da data de abertura do pregão, evidenciando o erro formal.

Destaque-se, porque oportuno, que a proposta enviada pela ora Recorrente TLG é R\$ 19.550,00 (dezenove mil, quinhentos e cinquenta reais) inferior à atual empresa habilitada pelo r. órgão, sendo inequívoca a economia prestada à Administração no momento da entrega dos bens.

Tal situação impele ao Pregoeiro, no momento da realização do Pregão, agir com razoabilidade e parcimônia na análise de eventuais falhas e omissões, para que o processo não seja interrompido ou frustrado por conta de excesso de formalismo.

Dessa forma, constatando-se a presença de todos os documentos essenciais à habilitação que foram devidamente apresentados, deve o Pregoeiro agir com sabedoria e razoabilidade habilitando a empresa Recorrente, tendo em vista que foram satisfeitas as formalidades necessárias à contratação do vencedor.

A habilitação da Recorrente, in casu, não fere o princípio da isonomia, haja vista que a empresa Recorrente efetivamente demonstrou possuir todos os requisitos necessários à habilitação, sem incluir qualquer documento posterior à realização da abertura do certame, isto é, a data de emissão da certidão faltante é anterior.

É neste sentido a manifestação do jurista Joel de Menezes em seu livro sobre Pregão Presencial e Eletrônico:

"Contudo, a jurisprudência e a doutrina vêm assinalando que licitantes não devem ser inabilitados ou desclassificados de licitação pública em virtude do desatendimento de exigência meramente formal, que não se revista de utilidade prática ou que possa ser suprida por elementos ou dados que possam ser auferidos noutros documentos ou noutras informações que constem dos próprios autos do processo de licitação pública." (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. Curitiba: Zênite, 2005. 2ª ed., pp. 142)

E não poderia deixar de colacionar nos presentes autos decisão do Tribunal de Contas da União sobre mesma matéria:

"Concluiu-se que as desclassificações acima relatadas se deram por razões de aspecto meramente formal, sem levar em consideração o princípio da razoabilidade e a competitividade do certame. As falhas cometidas pelas referidas empresas, a princípio, não provocaram qualquer reflexo em suas propostas, e sua aceitação não feriria a isonomia entre os concorrentes e não teria qualquer efeito indesejável na execução do contrato, somente

caracterizando excesso de formalismo em detrimento da competitividade do certame. " (Tc-004.835/2011-5. Acórdão nº 1291/2011 - TCU. Rel. Augusto Sherman Cavalcanti. Julgado em 18/05/2011)

Diante dos fatos expostos, requer no presente Recurso Administrativo a reforma da decisão que inabilitou a empresa TLG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. – EPP para reconhecer sua capacidade para participação e fornecimento dos itens 28 e 40 do presente Pregão.

03. DOS PEDIDOS

Aduzidas as razões que balizaram e fundamentam o presente Recurso Administrativo, com supedâneo nas legislações vigentes, requer o seu recebimento, análise e acolhimento do presente a fim de que seja reformada a decisão administrativa que inabilitou a empresa TLG COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA. – EPP, retornando o procedimento licitatório à fase de habilitação e declare a empresa Recorrente habilitada para os itens vencidos de nº 28 e 40.

Pede e espera deferimento.

De Curitiba-PR para Salvador-BA, 16 de março de 2020.

Fechar